



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO

Aquisição de fones de ouvido para utilização nas seções eleitorais com urnas eletrônicas, para as Eleições 2020.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Aquisição de 3.500 (três mil e quinhentos) fones de ouvido para utilização nas seções eleitorais com urnas eletrônicas, para as Eleições 2020.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

Cumprir a disposição estabelecida no inciso III do § 4º do art. 101 da Resolução TSE n. 23.611/2019 (Atos gerais do processo eleitoral).¹.

A demanda se justifica ante a existência de eleitores cadastrados com deficiência visual em seções eleitorais com urnas eletrônicas. Há ainda a necessidade de garantir fones em número suficiente para a hipótese de haver eleitores com deficiência, mas que não a consignaram no Cadastro Eleitoral.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Com a utilização do fone de ouvido, os eleitores com deficiência visual, terão uma ferramenta para auxiliá-los durante o processo de votação na urna eletrônica.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	Garantia dos direitos de cidadania. Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

¹ Art. 101. O eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida, ao votar, poderá ser auxiliado por pessoa de sua escolha, ainda que não o tenha requerido antecipadamente ao juiz eleitoral ([Lei nº 13.146/2015, art. 76, § 1º, inciso IV](#)).

§ 4º Para votar, serão assegurados ao eleitor com deficiência visual ([Código Eleitoral, art. 150, incisos I a III](#)):

[...]

III - receber dos mesários orientação sobre o uso do sistema de áudio disponível na urna com fone de ouvido fornecido pela Justiça Eleitoral;

[...]

§ 5º Para garantir o recurso descrito no inciso III do § 4º, os tribunais regionais eleitorais providenciarão fones de ouvido em número suficiente por local de votação, para atender a sua demanda específica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Documento juntado no PAE n. 27.350/2020.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Fone de ouvido	3.500	3.500

A demanda prevista contempla a aquisição de 3.500 (três mil e quinhentos) fones de ouvido para utilização nas Eleições 2020, conforme especificações descritas nos Estudos Preliminares constantes do PAE n. 27.350/2020 do TRES. Informo que a demanda a ser contratada deverá ser igual a demanda prevista.

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Aquisição de 3.500 (três mil e quinhentos) fones de ouvido, para utilização nas seções eleitorais cadastradas com deficientes visuais, nas Eleições de 2020, com as seguintes especificações técnicas:

Id.	Característica
1	Fone de ouvido duplo auricular, estéreo, com tiara ajustável sobre a cabeça e sem microfone integrado
2	Auriculares almofadados
3	Potência de 100 mW
4	Impedância: 32 Ohms
5	Sensibilidade: 89 dB
6	Faixa de resposta de frequência: 20 Hz a 20 KHz
7	Plugue do fone tipo P2 (3,5 mm) estéreo
8	Cabo de comunicação fone/computador com, no mínimo, 1,4 metro de extensão

2.8 Parcelamento e Adjudicação

Adjudicação por item.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.9 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme o atendimento dos critérios de habilitação e preço estabelecidos no respectivo edital licitatório.

2.9.1 Critérios de Habilitação

De acordo com o respectivo edital licitatório, no Item “DA HABILITAÇÃO”.

2.9.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.10 Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.11 Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não será necessária qualquer adequação.
Infraestrutura Elétrica	Não será necessária qualquer adequação.
Logística de Implantação	Não será necessária qualquer adequação.
Espaço Físico	Não será necessária qualquer adequação.
Mobiliário	Não será necessária qualquer adequação.
Impacto Ambiental	Não será necessária qualquer adequação.

2.12 Obrigações da Contratante

a) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

b) Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto ou, ainda, seu superior imediato, a fiscalização do respectivo Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.13 Obrigações da Contratada

a) Entregar os materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de recebimento da nota de empenho, e demais condições estipuladas na proposta;

b) após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los dentro do prazo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

contratual, contados a partir do recebimento, pela contratada, da notificação emitida pelo TRESA;

c) estando em mora a contratada, o prazo para substituição de que trata a alínea “b” não interromperá a multa por atraso prevista neste documento;

d) em caso de substituição do objeto, conforme previsto na alínea “b”, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

e) Local de Entrega: Seção de Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC; e

f) oferecer garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

2.14 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Conforme item 2.7 deste Projeto Básico / Termo de Referência.

3.1.1 Marcas e Modelos/Códigos de Referência

Marca/Modelo: Fone de ouvido Multilaser Headset Stereo com fio 32 Ohms preto P2 - PH002.

A marca/modelo e código de referência citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (serve, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, será aceito pela Administração, sem restrições, produto similar ao indicado, que detenha as especificações daquele).

3.1.2 Códigos SIASG

20.583: Fone de ouvido.

3.1.3 Prazo Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até a entrega definitiva do objeto contratado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. O gestor do contrato será o servidor titular da Seção de Administração de Urnas ou seu substituto ou, ainda, seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.2. Prazo de Garantia

Oferecer garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

1.3. Acompanhamento do Contrato

O gestor do contrato será o servidor titular da Seção de Administração de Urnas ou seu substituto ou, ainda, seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.4. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.5. Pagamento

O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.6. Descumprimento Contratual

Se o licitante vencedor descumprir as condições desta contratação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.7. Penalidades

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os casos não previstos neste subitem, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega ou na substituição dos produtos sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor dos itens em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega dos produtos.